



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

EDITAL Nº XXX

ANEXO 11
DIRETRIZES DE RACIONALIZAÇÃO
OPERACIONAL



1. INTRODUÇÃO

Este Anexo tem por objetivo estabelecer as definições, critérios e procedimentos a serem observados para a otimização do Sistema de Transporte Metropolitano, respeitando sempre a compatibilização entre a oferta de viagens e a demanda de usuários, buscando ainda, o aumento na mobilidade e acessibilidade.

2. PREMISSAS DA RACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA

Os projetos de racionalização do sistema de transporte público urbano na Região Metropolitana de São Paulo deverão ter como objetivo principal a melhoria da qualidade do serviço pelo aumento da acessibilidade à população, onde o acesso aos diversos equipamentos e oportunidades dos municípios é democratizado; redução dos custos operacionais, principalmente pela racionalização da oferta e eliminação de viagens sobrepostas; aumento da velocidade comercial dos ônibus, devido ao aumento de eficiência de transporte pelo uso de veículos de maior capacidade, permitindo a redução da frota nos corredores e centros comerciais congestionados.

A integração física e tarifária, base fundamental para o processo de racionalização, tem que ser vista, além de um instrumento de aumento de acessibilidade da população e melhoria da qualidade de vida urbana, como uma ferramenta importante de aumento de competitividade do sistema de transporte público e, principalmente, ganho de mercado. Dentro dessa ótica algumas premissas são fundamentais para a implantação de sistemas integrados:

- As ligações de transporte entre dois ou mais municípios da RMSP têm caráter metropolitano sendo, portanto, parte do sistema gerenciado pela EMTU/SP;
- Gestão e controle de responsabilidade exclusiva do Estado através da EMTU/SP;
- Respeito às competências institucionais do Estado e dos Municípios e suas regulamentações oficiais contempladas através de Decretos, Resoluções ou Portarias, bem como aos Planos Diretores de Transporte e Trânsito e de



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

desenvolvimento integrado dos Municípios, além do Plano de Estruturação do Transporte Coletivo Metropolitano de Média Capacidade, da EMTU/SP, e demais projetos interdependentes;

- Consideração dos problemas e peculiaridades dos sistemas de cada cidade no projeto;
- Redução de custos proporcional à redução de receitas para manter o equilíbrio do sistema sem aumentos de tarifa;
- Possibilidade de diversificação de serviços;
- Sistema Regular: serviço comum, seletivo e especial;
- Serviços diferenciados com faixas específicas de demanda, com maior flexibilidade operacional e tarifária;
- Diversificação tarifária, objetivando ganhos de mercado e adequação do preço ao perfil de deslocamento de cada grupo;
- Definição da matriz de integração de acordo com a política traçada, definindo-se linhas que podem e que não podem se integrar;
- Definição do tempo permitido para transbordo não oneroso, em caso de integração temporal, de acordo com os objetivos traçados na política de integração. Estudo minucioso sobre os impactos desse tempo em cada região;
- Preservação dos deslocamentos curtos com política tarifária adequada;
- Propiciar melhores padrões de segurança, conforto e confiabilidade do sistema de transporte;
- Fortalecer a integração urbana com a solução de pontos críticos da circulação viária, melhoria da paisagem urbana e diminuição dos efeitos das barreiras físicas atualmente existentes;
- Melhorar a Qualidade Urbanística e Ambiental, com intervenções físicas que considerem as peculiaridades urbanas de cada localidade, em especial as



características de uso e ocupação do solo, que deverão ser amplamente discutidas com as Prefeituras envolvidas, além de melhoria ambiental decorrente da redução de poluentes, em virtude da racionalização da circulação de ônibus e da adoção de veículos com menor emissão de poluentes.

3. REQUISITOS MÍNIMOS A SEREM ENTREGUES PELO CONCESSIONÁRIO

3.1. PROJETO FUNCIONAL DA REDE DE TRANSPORTE

A elaboração do projeto funcional da rede de transporte a ser proposta pelo Concessionário deverá abranger, no mínimo:

- Análise e avaliação da situação atual dos sistemas metropolitano e municipais afetados pelo projeto;
- Levantamento e análise de projetos correlatos existentes, como projetos de melhoria na infraestrutura existente, planos de transporte e trânsito, nas Prefeituras dos Municípios integrantes da Região Metropolitana de São Paulo e outros órgãos que possam interferir na área de interesse;
- Compatibilização dos projetos;
- Modelagem da rede proposta;
- Concepção final da rede de transporte, com a apresentação dos resultados detalhados da demanda e oferta.

3.2. MODELO DE NEGÓCIO

A elaboração do modelo de negócio da rede projetada poderá, à critério da Concessionária, apresentar condições diferenciadas para a rede envolvida, abrangendo no mínimo:

- Análise, avaliação e propostas referentes aos aspectos legais:
 - Contratuais entre poder concedente e contratado;
 - Leis vigentes;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- Regras para o compartilhamento da operação de Corredor, no caso o Corredor Metropolitano Noroeste;
 - Critérios para a efetivação de integração entre os sistemas municipal e metropolitano de transporte coletivo;
 - Modelo para a formalização de relação institucional entre Estado e Municípios;
 - Definição de regras para introdução e/ou exclusão de novos atores do negócio;
-
- Análise, avaliação e propostas referentes aos aspectos operacionais:
 - Indicadores de desempenho operacional e níveis de serviço;
 - Penalidades;
 - Interoperabilidade dos sistemas de bilhetagem;

 - Análise, avaliação e propostas referentes aos aspectos econômicos e financeiros:
 - Métodos de quantificação dos custos para definição das formas de remuneração;
 - Política tarifária;
 - Modelos de integração tarifária;
 - Definição de câmara de compensação;
 - Definição de agente financeiro;
 - Equilíbrio econômico-financeiro dos concessionários;

 - Validação das propostas desenvolvidas com todos os atores envolvidos dentro das suas respectivas competências.

4. PRODUTOS

Os produtos que deverão ser entregues referentes ao escopo do projeto estão detalhados nos itens a seguir.

4.1. PROJETO FUNCIONAL DA REDE DE TRANSPORTE

A elaboração do projeto funcional da rede de transporte deverá ser apresentada em formato de relatório contendo todos os estudos realizados nas diversas etapas já elencadas no



escopo dos serviços, abordando o diagnóstico, as compatibilizações e a proposta final, contendo no mínimo:

- Apresentação;
- Caracterização das redes de transporte na área do empreendimento;
- Arranjo institucional;
- Análise dos planos de transporte;
- Análise da demanda dos sistemas de transporte;
- Análise da oferta dos sistemas de transporte;
- Concepção operacional proposta;
- Concepção da infraestrutura proposta, apresentando as características físicas do viário, estações de transferência, terminais e paradas, incluindo suas localizações e indicações de áreas afetadas.

4.2. MODELO DE NEGÓCIO

A elaboração do modelo de negócio da rede de transporte deverá ser apresentada em formato de relatório contendo todos os estudos realizados nas diversas etapas já elencadas no escopo dos serviços, abordando os diagnósticos, as análises e as propostas finais validadas, além da elaboração das minutas dos instrumentos legais para consolidação das propostas com os diversos atores envolvidos.

4.3. CONSOLIDAÇÃO DOS PRODUTOS

A EMTU/SP informará ao concessionário quanto ao padrão de carimbo, títulos e padronização da numeração dos documentos do estudo.

Todos os documentos do estudo deverão ser emitidos em caráter preliminar para análise e comentários da EMTU/SP. Esta primeira emissão deverá ser efetuada em uma única via, na qual a EMTU/SP anotará seus comentários, observações ou aprovação preliminar e



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

devolverá para a contratada. Anotará ainda se será necessária uma nova emissão preliminar.

A Concessionária deverá atender aos comentários e observações pertinentes e providenciará nova emissão preliminar ou emissão definitiva. Quando desta emissão, deverá ser devolvida a cópia comentada para confrontação ao solicitado.

Ao final, o estudo completo deverá ser submetido à aprovação final, realizando-se as revisões indicadas pela EMTU/SP.

Para a conclusão dos trabalhos a Concessionária deverá reunir todos os documentos gerados em sua versão final, na forma de desenhos e relatórios que integram o estudo, acompanhados de índice de documentos.

Todas as emissões deverão ser efetivadas e registradas em Memorando de Remessa de Documentos, em duas vias, sendo uma para protocolo de entrega.

4.4. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

Os desenhos dos estudos deverão ser desenvolvidos em sistema CAD (Computer Aided Design) e apresentados em formato A1, A3 ou A4 padrão ABNT. Deverão ser utilizadas escalas adequadas a serem definidas posteriormente pela EMTU/SP, sendo que outros formatos poderão ser aceitos para desenhos específicos, desde que previamente acordado.

- Fornecimento em duas vias plotadas em papel sulfite e uma cópia em arquivo digital gravada em CD, com extensão em DWG.

Os relatórios técnicos, especificações, relação de materiais, memoriais e orçamentos deverão ser elaborados com o uso de processador de texto e planilha eletrônica em formatos compatíveis com MSOffice 97 ou superior, apresentados em formato A3 ou A4 padrão ABNT.

- Fornecimento em duas vias em papel sulfite encadernadas e uma cópia em arquivo digital gravada em CD.